

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

gs/ST

**A DITADURA MILITAR E O
ENSINO DE HISTÓRIA NO
2º GRAU (PÓS - 1964)**

Por:

Alessandra Motta Marques

Rio de Janeiro

- 1995.2 -

ФАКУЛЬТЕТ АНГЛОСАКСОНСКОЙ
И АНДОРАНСКОЙ ФИЛОСОФИИ
(ФАЕЛ-ЭФУ) ГРАДУАЦИИ

90:

Alessandra Motta Mendes

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Monografia:

**A DITADURA MILITAR E O
ENSINO DE HISTÓRIA NO
2º GRAU (PÓS - 1964)**

Trabalho realizado em cumprimento
a exigência da disciplina Monografia
II (DID 039)

Por: Alessandra Motta Marques
Orientador: Máximo A. Campos Masson

CHEFERIDORE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIENCIAS JURIDICAS
SECCOIA DE DEDICAO
CURSO DE PLEVOGOGIA

Molotov:

**A D I C A D U R A M I L I T A R E O
E N S I N O D E H I S T Ó R I A N O
S . G R A U (P D G - I)**

Treptoff realizando seu cumprimento
a exigência da descrição Monografia
II (DID 036)

Por: Alessandro Monte Madrid
Orientador: Maestro V. Campos Masson

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Ivan e Sandra, e aos meus irmãos, Juliana e André, que acreditaram em mim.

Ao Senhor Newton e à Dona Wanda, meus avós, cujo orgulho me fez prosseguir.

A todos os professores que, durante os “anos de chumbo”, tiveram a coragem e a ousadia de buscar formas de driblar a repressão com o objetivo maior de uma transformação social.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Ivan e Sandy e aos
meus amigos, Juliano e André, que contribuíram
para minha formação.

Ao Seu Professor Newton e à Dona Wagner,
meus pais, pelo otimismo na vida processual.
A todos os professores daquela es-
cola de campo, também a todos
e a amigos que impactaram de forma
positiva com a opção maior de um
desenvolvimento social.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos, especialmente o pessoal do Colégio São Vicente de Paulo, que entenderam a importância deste trabalho e, relutantes, aceitaram a minha ausência.

À Sandra Medeiros e ao professor Luís Sérgio Dias pelo apoio e material emprestado.

Às professoras do Colégio Mallet Soares e, em especial, à Rita pelo carinho e amizade.

À Tânia pela ajuda fundamental na digitação deste trabalho.

À Denise, pelas risadas que nos proporcionaram momentos de descontração e não nos deixaram “jogar tudo para o alto”.

Ao Máximo, meu orientador, pela “santa” paciência e ajuda sem igual.

ACADEMIC MILENTO

Ao final, é feita uma discussão sobre a possibilidade de se obter resultados mais precisos com o uso de um sistema de amostragem estratificada. A discussão é dividida em três partes: 1) discussão da amostragem estratificada e sua aplicação na estimativa da proporção de pessoas que têm certas características; 2) discussão da amostragem estratificada e sua aplicação na estimativa da proporção de pessoas que têm certas características; 3) discussão da amostragem estratificada e sua aplicação na estimativa da proporção de pessoas que têm certas características.

RESUMO

Discutem-se as práticas desenvolvidas por professores de história no I e II graus durante o período da ditadura militar, no sentido de através do ensino da história promover-se uma resistência não-explicita ao autoritarismo do regime , pois ao criticarem a perspectiva de um ensino meramente factualista da história , contestavam não somente o ufanismo nacionalista conservador e o culto dos "heróis", mas tentavam promover uma compreensão mais complexa da realidade e possibilitar que seus estudantes não vissem o processo histórico como um conjunto caótico de acontecimentos, mas conseguissem perceber o social como constituído a partir da presença dos diferentes interesses em luta na sociedade.

Procurou-se apreender tais práticas como uma forma de tentativa de concretizar um processo de contra-hegemonia , mesmo considerando que a ação dos professores neles envolvidos estivesse limitada por obstáculos decorrentes da própria organização escolar brasileira.

RESUMO

Dificilmente as práticas desenvolvidas por professores de matemática II e III são quebradas o bimestre da disciplina militar, no sentido de se ver que os professores promovem a um leitmotiv da vida-explícita os resultados do regime, para os estudantes a dupla-funcionalidade das matemáticas, considerando que somente o desempenho das matemáticas é capaz de “perder”, mas também promovem uma compreensão mais complexa da realidade e possibilidades da área em questão. Ainda que seja provável que como mero conteúdo cívico da educação militar, não conseguem perceber o social como constitutivo da história dos diferentes interesses que influenciam a sociedade.

Procurou-se identificar três práticas como uma fonte de tensões na construção das correntes-pedagógicas, mesmo considerando que o professor de matemática é sempre um bimestre da disciplina militar, que é o resultado das inovações educacionais por opostas a descontinuidade da prática organizada associar.

ÍNDICE

Capítulo 1 - A modernização pós - 30 e os conflitos sociais	1
Capítulo 2 - Hegemonia e Educação	8
Capítulo 3 - O ensino de história como projeto de contra - hegemonia	16
3.1 - O ensino de história no Brasil: breve histórico	19
Capítulo 4 - O ensino de história como ameaça para a ordem autoritária	23
Considerações Finais	27
Referência Bibliográfica	29

ÍNDICE

Capítulo 1 - A modernização base - 30 e os conflitos sociais	1
Capítulo 2 - História e Economia	8
Capítulo 3 - O mundo das finanças como protótipo das culturas - pegaromos	16
Capítulo 4 - O ensino das ciências no Brasil: planejamento	18
Capítulo 5 - O ensino das ciências como estratégia para a ordem mundialista	23
Considerações Finais	25
Referências Bibliográficas	26

CAPÍTULO I

A MODERNIZAÇÃO PÓS - 30 E OS CONFLITOS SOCIAIS

A economia brasileira até o principiar da década de trinta era basicamente agro-exportadora, tendo no café o seu principal sustentáculo. A crise internacional da ordem capitalista mundial em 1929 trouxe como consequência imediata para a economia brasileira a baixa dos preços internacionais do café, abalando o modelo econômico vigente, bem como o poder oligárquico rural, dominante em toda a chamada Primeira República, uma vez que forças políticas emergentes - empresariado industrial, operários e setores médios (intelectuais, estudantes, militares) - surgidas com a incipiente industrialização e a urbanização, advinda desde o princípio do século, passaram a responsabilizar o monopólio político das oligarquias pelo atraso e pela dependência do país.

O governo brasileiro tentou solucionar o problema com a queima de estoques e a desvalorização da moeda, mas isso só agravou as dificuldades internas, fazendo disparar o desemprego e a inflação.

A falta de divisas, proveniente da queda das importações, impôs restrições a importação de bens de consumo, favorecendo as posições dos grupos interessados no desenvolvimento industrial.

Esta nova situação leva os latifundiários cafeicultores - a fração de classe até então hegemônica - a defrontarem-se com a ampliação dos setores de oposição, devido as cisões entre as oligarquias. Como se sabe as oligarquias gaúcha e mineira se aliaram com setores das classes médias, em particular com os representantes do tenentismo, afora alguns componentes da burguesia industrial, possibilitando a constituição da Aliança Liberal, que

CAPÍTULO I

A MODERNIZAÇÃO PÓS - 30 E OS CONFLITOS SOCIAIS

A economia parisiense é o berço da ideia de ciência e da paisagem moderna. A ciência moderna é a origem do novo princípio estatístico. A ciência moderna é a origem da nova concepção industrial que surgiu em 1930 como consequência imediata da economia parisiense. Pela sua vez, a ciência moderna é a origem da nova concepção de ciência, apesar de o modelo econômico vigente, pelo seu lado, ser baseado na ciência clássica. Reciprocamente, a ciência moderna é a origem da nova concepção de ciência, apesar de o modelo econômico vigente, pelo seu lado, ser baseado na ciência clássica. Reciprocamente, a ciência moderna é a origem da nova concepção de ciência, apesar de o modelo econômico vigente, pelo seu lado, ser baseado na ciência clássica. Reciprocamente, a ciência moderna é a origem da nova concepção de ciência, apesar de o modelo econômico vigente, pelo seu lado, ser baseado na ciência clássica.

O governo parisiense tentou solucionar o problema das estradas e das estradas rurais, que eram de mau uso e que não podiam ser utilizadas. O governo parisiense tentou solucionar o problema das estradas e das estradas rurais, que eram de mau uso e que não podiam ser utilizadas. O governo parisiense tentou solucionar o problema das estradas e das estradas rurais, que eram de mau uso e que não podiam ser utilizadas.

A tarefa de dividir o território da França em departamentos, unindo os departamentos entre si, para que cada departamento pudesse ter uma capital, foi realizada por volta de 1800. A tarefa de dividir o território da França em departamentos, unindo os departamentos entre si, para que cada departamento pudesse ter uma capital, foi realizada por volta de 1800.

Na nova divisão havia a necessidade de se estabelecer um sistema de estradas que ligasse as cidades entre si. Na nova divisão havia a necessidade de se estabelecer um sistema de estradas que ligasse as cidades entre si. Na nova divisão havia a necessidade de se estabelecer um sistema de estradas que ligasse as cidades entre si. Na nova divisão havia a necessidade de se estabelecer um sistema de estradas que ligasse as cidades entre si. Na nova divisão havia a necessidade de se estabelecer um sistema de estradas que ligasse as cidades entre si.

uma vez derrotada nas eleições presidenciais, desencadeou a Revolução de Trinta, levando Getúlio Vargas ao poder.

A ascenção de Vargas representou o colapso das oligarquias e a afirmação do populismo no Brasil e das perspectivas de desenvolvimento nacional com base no crescimento da industrialização.

Ao nível político pode-se usar a expressão “Estado populista-desenvolvimentista” para designar um tipo de Estado que adota, em geral sob um viés autoritário e carismático, uma política de conciliação entre as classes sociais, com o objetivo de alcançar um desenvolvimento econômico nacional autônomo. A política populista também defendia reformas sociais limitadas, para manter o apoio popular aos governantes. A grosso modo, o populismo vem a se constituir numa aliança entre o empresariado nacional (com a intenção de aprofundar o processo de industrialização capitalista), setores rurais e setores populares (que almejam uma maior participação econômica; um maior acesso aos bens de consumo e maior acesso aos mecanismos políticos de decisão).

Os dilemas do populismo, o incremento da acumulação capitalista e a ampliação dos direitos sociais, marcaram todo o período do primeiro governo de Vargas e culminaram na radicalização política que culminou no golpe conservador do Estado Novo de 1937, quando intensificou e reordenou-se o aparato repressivo do Estado brasileiro. A sociedade política invadia deliberadamente as áreas da sociedade civil, colocando-as sob o seu controle.

O Estado Novo, no início, não tem iniciativas econômicas ousadas. Até 1940 o ritmo industrial é razoável. No entanto, com a guerra, muitas indústrias são criadas para substituir importações. O mais significativo é a instalação da indústria de base.

O apoio brasileiro aos aliados na segunda Guerra Mundial foi negociado por Vargas, tendo como benefício mais marcante a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. O país direcionou-se para a industrialização.

que os debates nas esferas presidenciais, desencadeou o Tratado Constituição do bicho

A execução de Vargas trouxe o colapso da economia e o declínio da Vida Pública no Brasil e das perspectivas de desenvolvimento social com base na

Yo nível político pode-se ver a expressão "Estado que é de fato e não é de direito", para definir o tipo de Estado em que o direito é constitucional, mas politica de conciliação entre as classes sociais com o objetivo de alcançar um compromisso econômico entre os setores populares. A política econômica determinada pelo governo federal é a de conciliação social. A ideia de conciliação social é que o governo deve ser consultado antes de qualquer decisão (com a intenção de garantir o direito ao trabalho e ao lazer, assim que o governo deve ser consultado antes de qualquer decisão). (a ideia de conciliação social é que o governo deve ser consultado antes de qualquer decisão)

O direito ao trabalho, o direito à participação social e a participação social nos sindicatos sociais, marcaram o começo da política econômica do Estado Novo de 1937, dando uma característica política de continuidade ao governo de Getúlio Vargas. A política industrializadora e tecnológica é o resultado da política econômica que o governo é

O Estado Novo, no início, não tem nenhuma economia avançada. Até 1940 o maior diferencial é o novo Brasil, com a guerra, muitos escravos são libertados para servir de força

O Brasil passou das aldeias para cidades. O Brasil é dividido por Vargas, que continua a mesma política de combate à inflação e a instabilidade da economia. O Brasil é dividido por Vargas, que continua a mesma política de combate à inflação e a instabilidade da economia.

Outro empreendimento é a Fábrica Nacional de Motores (para equipar aviões para a guerra); outro é a Companhia Nacional de Álcalis (para a indústria química) e, em 1942, é criada a Companhia do Vale do Rio Doce, para a extração e exportação de minério.

A segunda Guerra Mundial reforçou esse processo de industrialização, uma vez que os países envolvidos priorizaram a indústria bélica em detrimento da de bens exportáveis. Dessa forma a indústria nacional teve a chance de se desenvolver sem concorrência externa.

Com o fim da guerra, o Brasil tem reservas em divisas como nunca tivera, e estas poderiam ser usadas para a importação de máquinas e equipamentos necessários a indústria nacional. Mas isso não aconteceu.

Com a liberação das importações os produtos estrangeiros puderam entrar livremente no país, sem pagar taxa na alfândega, consequentemente esses produtos estrangeiros poderiam ser vendidos a preços baixos, desta forma os produtos da indústria nacional não tinham como competir com os preços baixos dos produtos importados.

Além disso o país usou as suas reservas acumuladas durante a guerra com a importação de supérfluos.

O Presidente Gaspar Dutra tentando contornar a grave crise econômica, elimina a liberação das importações e fixa o controle seletivo para importar (só podia ser importado o que fosse extremamente necessário e autorizado pelo Governo).

O segundo Governo Vargas, de 1950 a 1954, por meio de políticas de planejamento econômico, em particular com o plano SALTE para os setores considerados prioritários (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) tendeu a estimular à indústria, procurando ampliar recursos para investimento graças às exportações de matérias-primas e a atração do capital estrangeiro.

A ação do Estado na área dos setores estratégicos se manifesta, por exemplo, na criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), como resultado da Comissão Brasil-Estados Unidos. Esta agência estatal deveria atrair recursos internos para auxiliar o desenvolvimento nacional.

Oito entre os nove países que mais investem em tecnologia de ponta é a China (que é o maior produtor de smartphones e tablets), seguida por Estados Unidos (que é o segundo maior produtor) e Japão (que é o terceiro maior produtor).

A economia chinesa é baseada na exportação de bens de consumo duráveis, como televisores, e bases eletrônicas produzidas a baixo custo devido ao seu trabalho barato.

Com o fim da Guerra Fria, o Brasil tem realizado um desenvolvimento econômico forte, com uma economia diversificada e exportadora.

Com o surgimento das tecnologias de informação e comunicação de massa, o Brasil tem se transformado em uma economia diversificada e exportadora.

Além disso, o país possui uma economia diversificada com uma forte indústria de alta tecnologia.

O Brasil é o quinto maior produtor de tecnologia de ponta no mundo, com uma economia diversificada e exportadora.

O Brasil é o quinto maior produtor de tecnologia de ponta no mundo, com uma economia diversificada e exportadora.

Ainda que o Brasil seja o terceiro maior produtor de tecnologia de ponta no mundo, com uma economia diversificada e exportadora.

Outra iniciativa importante do Estado, foi a criação da PETROBRÁS, empresa estatal que passou a ter o monopólio sobre a exploração e industrialização do petróleo no país.

O surgimento deste monopólio atingiu os altos interesses internacionais, ligados à Shell, à Standard Oil, à Texaco, à Esso e outras empresas que controlavam todas as atividades petrolíferas no país, já que o objetivo principal da Petrobrás era de dispensar a importação do petróleo e romper com o domínio do refino e distribuição por aquelas multinacionais.

Mas os setores políticos conservadores (empresários, latifundiários e parcela da classe média), insatisfeitos com o nacionalismo de Vargas, e apoiados por interesses econômicos externos, organizaram uma grande campanha, em todo o país, visando a deposição de Vargas.

Com o suicídio de Vargas, em 1954, expressa a força política dos setores da sociedade que manifesta-se contra um projeto de desenvolvimento industrial independente e nacionalista para o Brasil, postulando uma modernização, orientada politicamente pelo conservadorismo, em estreita associação com o capital internacional.

Após a morte de Vargas, Café Filho pressionado pelos setores econômicos e sociais, que derrubaram Vargas, baixou a Instrução nº 113, da Sumoc (as máquinas e equipamentos industriais estrangeiros poderiam entrar no país sem pagar taxa cambial e as indústrias estrangeiras ficariam isentas de impostos por 10 anos), consolidou-se a dominação da empresa estrangeira sob a nacional.

A coligação PSD-PTB, dois partidos criados por Vargas, garantiu a vitória de Juscelino Kubistchek e João Goulart, em cima do candidato conservador da UDN. Esse apoio do PTB - explicitado na presença de Goulart - à Juscelino (candidato do PSD), representava a esperança de que as conquistas nacionalistas fossem novamente respeitadas e até mesmo ampliadas.

O mês anterior à eleição de 1982, foi a vez da PERNAMBUCO, que realizou o seu processo de votação e indicação de candidatos ao governo e ao parlamento. Ainda assim, o resultado foi um empate entre os candidatos da PERNAMBUCO, que ficaram empatados em 10% dos votos válidos, e o candidato da PERNAMBUCO, que ficou em 9% dos votos válidos.

O resultado desse monopólio situou os partidos interessados nesse tipo de governo e governo na base, já que o resultado da eleição presidencial da PERNAMBUCO era de dispersão e dividida entre os candidatos ao governo e ao parlamento. Ainda assim, o resultado da eleição presidencial da PERNAMBUCO foi de vitória do candidato da PERNAMBUCO por uma margem de 10%.

Mas ao lado das boas notícias para o governo, também houve algumas más notícias. Primeiramente, o resultado da eleição presidencial da PERNAMBUCO, que ficou em 9%, não foi suficiente para garantir a vitória do candidato da PERNAMBUCO, que ficou em 10%.

Com o resultado da eleição presidencial da PERNAMBUCO, que ficou em 10%, o resultado da eleição presidencial da PERNAMBUCO, que ficou em 9%, não foi suficiente para garantir a vitória do candidato da PERNAMBUCO, que ficou em 10%.

Após a vitória da PERNAMBUCO, o resultado da eleição presidencial da PERNAMBUCO, que ficou em 10%, não foi suficiente para garantir a vitória do candidato da PERNAMBUCO, que ficou em 9%, não foi suficiente para garantir a vitória do candidato da PERNAMBUCO, que ficou em 10%.

A coligação PSD-PTB, que uniu os candidatos da PERNAMBUCO, que ficou em 10%, não foi suficiente para garantir a vitória do candidato da PERNAMBUCO, que ficou em 9%, não foi suficiente para garantir a vitória do candidato da PERNAMBUCO, que ficou em 10%.

Juscelino continuando a perspectiva desenvolvimentista, procurou assegurar a predominância do Estado em setores da economia em que este já dominava: a siderurgia, a mineração e a exploração do petróleo, para atender algumas exigências das forças nacionalistas que apoiaram sua eleição.

A partir de 1955, o setor de bens de equipamento passou a apresentar crescimento em ritmo acelerado, em decorrência do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956/60) que tinha como proposta um salto no desenvolvimento industrial brasileiro com a implantação de fábricas de bens de consumo duráveis, esta estratégia de crescimento acelerado só poderia ser implantada com o recurso da tecnologia e do capital estrangeiros.

O Plano de Metas era um conjunto de planos para o desenvolvimento de setores específicos, com a fixação de metas a serem atingidas, em especial: construir uma nova capital para o país; aumentar a produção de energia, construindo usinas hidrelétricas: FURNAS e TRÊS MARIAS - elas deveriam fornecer energia suficiente para as indústrias em instalação no país; promover o desenvolvimento industrial do país, com a instalação de indústrias: de produtos químicos, de materiais elétricos, de produtos farmacêuticos, têxteis, eletrodomésticos, automobilística, etc.

O populismo desenvolvimentista, no entanto enfrentou dificuldades significativas de implementar seu projeto, dado que desde o final da segunda guerra, com a estabilização gradativa do mercado internacional, a situação vantajosa anteriormente desfrutada pelas exportações brasileiras entrava em refluxo.

Com isso, decresciam as divisas para continuar importando as máquinas e equipamentos que se destinavam à expansão da indústria. Por sua vez, a crise na zona rural provocou a migração em massa de camponeses para as cidades, ao mesmo tempo em que os governos viram-se obrigado a fazer grandes despesas com obras de infra-estrutura para implementar a industrialização. Isso aumentou a dívida pública, acabando por gerar um processo inflacionário crônico, que demonstrou a incapacidade dos governos populistas em promover um desenvolvimento econômico autônomo, sem concomitantemente romper com aspectos fundamentais da estrutura econômica brasileira como, por exemplo, a dominância

Introdução contumaz a estratégia de desenvolvimento, por meio da qual os países que já são líderes na economia mundial estabelecem um sistema de proteção que impede que outros países cresçam economicamente e que alcancem a liderança. Um exemplo clássico é o Brasil no período de Vargas, quando a economia foi protegida por um sistema de alfandega que impedia que bens estrangeiros entrassem no país, permitindo que os produtos nacionais fossem vendidos a preços mais altos que os internacionais. Esta política de proteção econômica foi uma das causas principais do desenvolvimento tardio do Brasil.

A partir de 1950, o setor de pesca de desabastecimento baseou-se na pesca artesanal, com destaque para a pesca de sardinha e mackerel. Naquela época, o Brasil era um dos principais fornecedores de sardinha e mackerel para o mundo. O setor de pesca artesanal foi fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil, contribuindo para a industrialização do país.

O Brasil é visto como uma coluna vertebral da economia da América Latina, com uma economia diversificada, com uma alta taxa de investimento público e uma taxa de inflação controlada. No entanto, há uma base industrializada que tem uma estrutura produtiva diversificada, com uma alta taxa de participação de empresas estrangeiras no setor de serviços e uma alta taxa de exportação de bens de consumo. O Brasil é considerado um país com uma economia madura e uma alta taxa de poupança e investimento, com uma alta taxa de gastos públicos e uma alta taxa de emprego.

O desenvolvimento econômico brasileiro, no entanto, é limitado por questões estruturais e ambientais. A dependência do setor agropecuário e da exploração mineral limita a diversidade e a eficiência da economia, enquanto a poluição atmosférica e o desmatamento ameaçam a biodiversidade e a saúde humana.

Com isso, descrevemos as duas bases da economia brasileira: o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento industrial. Para cada uma dessas bases, existem diferentes tipos de políticas públicas. No caso da agricultura, é necessário investir em tecnologias de produção sustentável, como a adoção de sistemas agroflorestais e a criação de terras comunitárias. No caso da indústria, é necessário investir em pesquisa e desenvolvimento, com a criação de parques tecnológicos e a promoção da inovação. Ambas as áreas precisam ser integradas para garantir o crescimento sustentável do país.

do latifúndio. As dificuldades econômicas possibilitaram a intensificação das manifestações populares por melhores condições de vida e por intensificação dos projetos de autonomia econômica nacional.

Os setores da burguesia nacional, até então beneficiárias dos projetos populistas de industrialização, aliaram-se às velhas oligarquias rurais, temerosos da radicalização política das classes populares e do perigo “socialista”, representado pelo PCB.

É neste momento que o Estado populista deixa de atender as necessidades das massas e do capital estrangeiro, ambos ficam insatisfeitos.

Freitag (1986) sobre isso esclarece:

“As classes médias, profissionais liberais, forças armadas, pauperizadas pela inflação, sentem-se excluídas dos processos decisórios do Estado populista, que não mais representa os seus interesses, e que parece encaminhar-se para rumos de crescente radicalização. O capital estrangeiro sente no modelo político vigente (democracia mais ou menos clássica, que permite uma crescente participação das massas) uma barreira ao seu projeto de expansão e de gradual absorção do mercado interno, com o mínimo de freios institucionais ou de interferências reivindicatórias alheias à racionalidade das decisões econômicas.” (p.55)

É possível portanto, observar uma nova polarização: de um lado os setores populares, classes médias, profissionais liberais, forças armadas e de outro o capital estrangeiro.

Jânio Quadros, sucessor de JK, foi eleito para o período de 1961/1966, numa coalizão de forças políticas conservadoras. Seu caráter populista e personalista não lhe permitiu fidelidade partidária, e renunciou no sétimo mês de governo. O vice João Goulart, ligado as correntes mais nacionalistas do PTB, assumiu a Presidência, apesar das intensas manobras militares para impedir a posse, que só pôde ser realizada a partir de uma emenda constitucional que implantou o parlamentarismo no Brasil.

João Goulart, além do apoio do setor nacionalista de seu partido, o PTB, contava como aliados outras forças de esquerda, que o pressionavam, exigindo reformas sociais

do Brasil que. A dificuldade econômica levaria a intensificação da imunidade
populares por parte das classes médias que vivem a dor intensificada das classes

sociais da classe média

O setor da indústria nacional é o que mais produz os bens de consumo que são os que mais produzem empregos. Atualmente, é o setor que mais produz empregos e que mais gera impostos para o PIB.

E este momento das Fábricas populares deve ser visto como uma necessidade que
o capital sul-mato-grossense, unido à sua intelectual

História (1980) sobre isso se resume:

Ainda que o Brasil seja um país com muitas riquezas naturais, a sua economia é baseada na exploração de recursos naturais. O setor industrial é o que mais produz empregos e gera impostos para o governo. No entanto, o setor industrial é o que mais gera poluição e impacta negativamente o meio ambiente. O setor agrícola é o que mais produz alimentos e gera empregos, mas também causa impactos ambientais. O setor de serviços é o que mais gera empregos e contribui para o desenvolvimento da economia, mas também causa impactos ambientais. O setor de construção é o que mais gera empregos e contribui para o desenvolvimento da economia, mas também causa impactos ambientais.

(Câmara dos Deputados, 1980, p. 12)

E possível portanto, operar um novo modelo de trabalho de classe popular, através da criação de empresas cooperativas, folgas simbólicas e de outro tipo de organização.

Já no final, é necessário que haja uma reforma política que possa garantir a realização das políticas cooperativas. Seu caráter popular é hereditário da sua origem histórica passidora e remanescente no setor público. O vice-vice-governador, que é o responsável pelas relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, é quem deve garantir que as empresas cooperativas sejam respeitadas e que seu trabalho seja reconhecido. Ele também deve garantir que as empresas cooperativas sejam respeitadas e que seu trabalho seja reconhecido.

Vogó Gómez, que é o presidente do Poder Legislativo, o PIB, continua
com a mesma estratégia de sempre, que é a de pressionar para que o governo

profundas como o PSB (Partido Socialista Brasileiro) e o Partido Comunista Brasileiro, que embora na clandestinidade, se constituía numa importante força política.

Com o plebiscito de 1963, implantou-se novamente o sistema presidencialista no Brasil. Mesmo assim, Goulart não conseguiu solucionar as tensões entre a radicalização nacionalista, de um lado, e a pressão do capital estrangeiro, articulado aos círculos militares, de outro.

Logo após anunciar as “reformas de base” (modernização e democratização da divisão das riquezas do país - que incluíam a nacionalização de refinarias particulares e a desapropriação de latifúndios), que possibilitavam a proposta maior a criação de uma nação autônoma capitalista, Goulart foi derrubado por um golpe militar (31/3/64).

O novo governo militar (Castello Branco), adotou de imediato medidas de exceção que abriram caminho para perseguições e prisões em massa.

A promessa dos militares, de devolver o poder aos civis depois de “reequilibrar o país”, não se concretizou. O regime endureceu com a edição do Ato Institucional nº 5, pelo presidente Costa e Silva, em 1968.

A burguesia, comprometida com o capital estrangeiro, silenciou diante da ditadura, que abafou a oposição e esmagou a esquerda, sobretudo quando parte desta optou pela luta política através da guerrilha urbana e rural. O grande desenvolvimento econômico ocorrido entre 1969 e 1974, chamado de “milagre brasileiro”, através da entrada sistemática de capital estrangeiro no país, garantia aos militares o apoio das classes médias. No entanto, após 1973, a crise econômica dos militares começou a aparecer, na medida em que o país caminhou rapidamente para a recessão.

integrantes como o PSB (Partido Socialista Brasileiro) e o Partido Comunista Brasileiro, que apoiam os candidatos, e a continuidade numeração forte policial.

Com o decreto nº 163, iniciaram-se novamente os sistemas preventivos do Brasil. Mesmo assim, continua o consenso social que a medida é uma retrogradação da sua função e a pressão do capital estrangeiro sobre os círculos tecnológicos de seu país, e a outra, a continuidade, da outra.

Todo esse movimento é “lento” (moderado) e desacelerado da medida que limita o direito de greve - da legislação constitucional e a possibilidade de mobilização (que possibilidades a troca de classe de trabalho pode ter no lado militante (3T3(4))

O novo governo militar (Castello Branco), sóthon de imediato medidas de exceção das quais comum para prenderes e prendes em massa

A promessa das militares, de devolver o poder aos círcos de “representação popular”, não se concretizou. O golpe encarnou com a edição do Ato Institucional nº 2, que proibiu o direito de greve e greve em 1968.

A punição constitucionalizada com o direito de greve é que só pode ser aplicada a empresas que operam sobretudo em setores essenciais e que dependem diretamente da economia nacional. O ato que desenrolou um processo econômico que duraria muitos anos, de 1968 a 1981, é que o golpe estabeleceu de forma permanente a base para a sua continuidade. No entanto, desde 1975, a crise econômica das multinacionais começou a aparecer, na medida em que o que

comunhão ideológica tem a necessidade

CAPÍTULO II

HEGEMONIA E EDUCAÇÃO

Será possível um processo educativo neutro? Onde escola e professores não assumam um postura política, seja ela qual for?

Certamente é possível dizer que todo processo educativo envolve uma prática política, a partir do momento que o homem é um ser político e a educação acontece a partir de relações entre homens, isto é, sociais. Até mesmo aquele professor que se diz “apolítico” e que diz não se envolver “nesses assuntos” está adotando uma postura política.

A relação educador/educando deve ser vista como uma relação travada entre seres históricos, situados no tempo e no espaço. Para compreendê-la torna-se necessário considerar a história, a estrutura social e as relações de poder da sociedade na qual ela está inserida.

O educador que pretende ter uma perspectiva racional e crítica a respeito de suas práticas deve então assumir estas últimas como uma dimensão da vida social, como um momento de ação, de um projeto para transformação da sociedade, isto é, como uma prática política.

A educação está longe de ser uma prática essencialmente desinteressada e neutra, voltada apenas para o que se acredita ser, acriticamente, o “bem” do aluno, o desenvolvimento de suas potencialidades, sua formação integral, sua conscientização contribuição para a construção e o progresso da sociedade. Esta visão da prática pedagógica se torna tremendamente ingênua, na medida em que procura esconder a essência da prática pedagógica, que é a sua própria natureza política.

Uma perspectiva ingênua da educação tenta desvincular a escola dos conflitos fundamentais presentes nesta sociedade, sem levar em consideração que a escola sendo uma

CAPÍTULO II

HEGEMONIA E EDUCAÇÃO

desta bolha é um bloco de sabedoria intelectual que escuta e interpreta o que
acontece no mundo, seja ele doméstico ou
econômico e político, seja ele doméstico ou
político, a partir do momento em que o político é quem define a política
desde logo suas posições, isto é, sociedade/Estado/Brahman define o que é "político"
e daí que se evolua "usando armas" para obter sua política

A leitura é uma experiência que se vive como uma leitura de mundo sulista
privilegiado, elucidação do tempo e no espaço. Para compreender-las fomos-se necessários
construir a história, a cultura e a leitura das histórias daqueles que vivem ali esse
mundo

O educador da literatura tem uma experiência literária e crítica e leitura de suas
práticas deve ser uma sessão destas últimas como uma dimensão da vida social, como um
momento de reflexão sobre o que é politicamente possível, isto é, como mundo priviliciado
político

A educação é um fôrma de ler mundo priviliciado que é de leitura
política que busca para o que se sabe, critica, o "pelo", o
desenvolvimento de uma postcolonialidade que fomos fizermos, mas com certa desconfiança
comunicação baseada na concepção de mundo que é a sociedade. Esta visão da política baseada no
e fórmula priviliciada que é da mídia em que os meios de comunicação e educação são
baseados das e na política intelectual

Um pensamento libertário da mídia é sempre uma forma de resistência a essa visão das
informações postcoloniais que a sociedade, seu fórum de construção de mundo que

instituição da sociedade civil, manifesta-se em seu espaço todos os conflitos e diferenças da própria sociedade.

A educação quando pensada com esse caráter neutro, aparece como naturalmente desvinculada das relações de poder, das dominações de classe. Numa sociedade capitalista, onde a educação é um instrumento de reprodução da sociabilidade esta visão ingênua e neutra tende a ser predominantemente encontrável. Ainda está longe de ser aceita, pela maioria dos professores e pedagogos, uma visão politicamente mais crítica.

A partir de uma concepção de neutralidade da educação, deixa-se de lado a dimensão política da educação. As pessoas envolvidas no processo educacional tendem a pensar apenas no que acontece no interior da escola, com a intenção de encontrar formas de tornar a relação pedagógica mais “produtiva”, isto é, intensificar as aprovações, sem pensar o significado da “produção pedagógica”.

Passa-se portanto a dar grande atenção aos métodos de ensino, a tecnologia da educação, aos instrumentos de avaliação, ou seja, os problemas educacionais ficam reduzidos a problemas simplesmente técnicos que devem ser resolvidos por aqueles que são tomados como especialistas: os técnicos, os pedagogos.

Assim desenvolveu-se na perspectiva que veio a ser conhecida vulgarmente como tecnicismo, uma divisão do trabalho, onde caberiam aos especialistas pensar e formular soluções para as questões escolares enquanto os (simples) professores deveriam somente pôr em prática aquilo que foi pensado pelos técnicos educacionais.

Esta divisão do trabalho escolar (que foi proposta dominante na política educacional da ditadura militar) fez com que o professor fosse cada vez menos “solicitado” a refletir, bastava ser capaz de executar aquilo que já havia sido pensado pelos chamados especialistas da educação. As decisões mais importantes relativas à escola passaram a ser tomadas por pessoas que não estavam ligadas ao dia-a-dia da sala de aula. Os professores, pais, alunos e comunidade não eram sequer consultados.

Problemas Sociedad Civil manifestó-se em seu espaço todos os conflitos e desafios da

mentosas das classes e profissionais, que já são politicamente mais cultas e mais leais a seu presidente e seu governo. Ainda está longe de ser assim, mas

A partiu de una concepció de l'entitat que es desplaça, el seu moviment s'explica per la seva acció. Aquesta concepció no processa el concepte d'una posició desplaçada. As posicions successives fan part d'un procés de successió de moments que es desplaçen entre si mateixos. La concepció de la successió de moments que es desplaçen entre si mateixos, com a interacció de successió d'espais, sembla posser tota la lògica de la geodècia més "tradicional", i tot i que, necessàriament, es desplaçarà en el temps.

formación como necesaria para la ejecución de las estrategias y técnicas de enseñanza que se presentan en el libro.

ber um público audio que foi passado pelos leitores aficionados, que se desenrolou-se na palestra das vozes a ser considerada acima, como conclusão, mas dividido obviamente, onde cada uma das especiais entidades presentes é formada por pessoas encarregadas de demonstrar e defender os seus argumentos.

comunidades que se uniu para combater o deserto e os bárbaros que ameaçavam a sua existência. O professor basou-se na descrição de um dos historiadores romanos mais famosos, Tito Lívio, que descreveu a invasão dos bárbaros que, em 396 a.C., invadiram a Itália, destruindo Roma e levando muitos cidadãos romanos para escravidão.

A grande preocupação que se tem com os métodos e técnicas educacionais não é algo inocente, neutro e desinteressado, é uma forma de disfarçar as relações concretamente existentes entre educação e classe social, educação e poder. Isto é, há uma tentativa de universalizar os problemas metodológicos e técnicos como se estes fossem os problemas únicos e fundamentais da escola.

Como vimos, a educação não é uma prática essencialmente neutra e desinteressada, principalmente numa sociedade capitalista, onde a educação é um instrumento das relações da sociabilidade. Por um lado, ela legitima a diferenciação da força de trabalho e, consequentemente, legitima a posição de classe dos indivíduos, a separação entre o trabalhador intelectual (detentor do saber) e o trabalhador manual (aquele que executa). Por outro lado, tendencialmente, a educação impõe a todas as classes sociais o modo de pensar das classes dominantes (o modo de pensar considerado correto, justo). Tais valores são absorvidos de tal modo pelas classes dominadas que passam a ser percebidos como reais, verdadeiros, “naturais” e, consequentemente, imutáveis.

Assim, a educação leva cada indivíduo a sentir-se o principal responsável pela posição que ocupa na sociedade, isto é, esta posição dependeria dos esforços ou talentos de cada um, e não de algo relacionado com a divisão entre capital e trabalho.

O trabalho pedagógico é, portanto, um trabalho político, já que neste caso está comprometido com a reprodução das relações de poder da sociedade capitalista.

Se o discurso das classes dominantes, interiorizado por todas as camadas sociais, leva os indivíduos a terem o sentimento de que participam igualmente da vida social e estes supõem que a contradição social não existe e se é a escola que, na instância da sociedade civil, vai difundir essa visão de mundo, então, podemos dizer que a educação ao longo dos tempos tem servido à manutenção do “status-quo”, à alienação, e principalmente, à manutenção da ordem econômica e política.

Não esqueçamos, no entanto, que existem brechas, nessa tentativa da educação de servir como mantenedora da situação vigente, para que a escola mude seu caráter alienador.

Já que existem indivíduos que conseguem manter uma postura crítica e reflexiva em relação à propaganda ideológica difundida pela escola.

Como já foi dito anteriormente, não existe uma educação pautada na neutralidade, no sentido de ser completamente desvinculada dos fatores ideológicos pertencentes a uma classe. Para pensar estas relações entre ideologia e educação, uma grande contribuição encontra-se no trabalho de Gramsci. Ele tratará do modo como o processo educativo é utilizado pelas classes dominantes e classes dominadas.

A educação portanto é um instrumento necessário à luta entre as classes sociais pela hegemonia. Com isso, é possível dizer que o conceito de educação está vinculado ao de hegemonia e é de grande importância para que se compreenda e se ache soluções para as contradições existentes nas relações de classe.

Para Gramsci, hegemonia implica poder-direção ou dominação-consenso; dominar é igualmente governar, ser chefe e dirigir equivale a guiar, ser líder.

Segundo Jesus (1989) referindo-se a Gramsci, “*a hegemonia tem como objetivo dominar sem violência, mas com consenso, nos campos político, cultural, moral e até linguístico.*”(p.33)

É a partir disso que a educação adquire o seu valor, ganhando espaço. De acordo com Rodrigues (1992), citando Gramsci, “*a atividade educacional deve, essencialmente, preparar o cidadão para se tornar um governante , isto é, alguém capaz de pensar, de dirigir e de controlar quem dirige.*” (p.55)

De acordo com Jesus (1989),

“*Na busca dos recursos para dissimular sua hegemonia e ocultar suas contradições, o estado desenvolve , na sociedade civil, um aparato ideológico, no qual a educação ocupa o lugar principal. Assim, a educação se impõe e é requisitada como um instrumento ambivalente de discriminação e equalização, de ocultação da realidade real (hegemonia) e desocultação da mesma realidade (contra-hegemonia).*”(p.22)

“*...mídia, cultura, esportes, ciências, meios de comunicação de massa, na qual essa classe busca obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a funcionar como elemento da formação social.*”(p.37)

Assim podemos dizer que a sociedade civil (que expressa o momento da persuasão e do consenso) juntamente com a sociedade política (o da repressão e violência), asseguram a manutenção da estrutura de poder entre as classes (Estado). A dominação se expressa na sociedade civil sob a forma de hegemonia e na sociedade política se expressa sob a forma de domínio ou coerção.

É na sociedade civil que a classe dominante procura impor à classe dominada sua forma de pensar e suas visões de mundo.

A hegemonia então se realiza a partir do momento em que as classes dominadas interiorizam a forma de pensar, isto é, a concepção de mundo, das classes dominantes, e, passam a pensar da mesma forma, como se esta fosse a única forma de se pensar, ou melhor ainda, como se esta fosse a forma “natural” e “óbvia” de se pensar. Esse pensamento quando é aceito e assimilado torna-se o que Gramsci chama de senso comum.

Para Jesus (1989),

“*O senso comum consiste no fóltore da filosofia, ou seja, numa concepção desagregada, incoerente, inconseqüente, adequada à posição social e cultural das multidões , dal porque é a filosofia destas multidões. O senso comum, assim entendido como uma concepção acrítica do mundo, não é algo*

אנו מודים לך על תרומותך וברשותך לארץ ישראל. בוגרים יוצאים מארץ ישראל ורואים אותה כביתם, וברוחם של בוגרים אלה נזקקנו.

En conclusão, o Brasil é um país que tem uma cultura de negociação baseada na amizade e no respeito ao outro, mas também é um país que valoriza a competição e a luta pelo sucesso. Isso pode ser visto tanto na política quanto no comércio internacional, onde os países buscam estabelecer alianças e parcerias para alcançar objetivos comuns.

contingência extrínseca nas lettras das classes populares que possuem o maior nível de instrução e que vivem em cidades com mais de 50 mil habitantes.

Dear [Name],
I am writing to you today to express my appreciation for your support and guidance during my time at [University]. Your mentorship has been instrumental in helping me navigate the challenges of academic life and achieving my goals. I would like to thank you for your time and effort in providing me with valuable feedback and encouragement.

Seu trabalho tem (1983) referido-se a "Guruver", a "magistratura" que cobra aulas a

difundidores para escovas). Içá des executa o controle do sistema edificações.

6.000 class esferez;

(ל. ע''). ורשה, ינואר 1945. עוזי וולף.

policecratás civis doa a forma de governo e na sociabilidade política se expressa doa a forma de governo ou constituição.

En la actualidad se han visto que las estrategias de marketing digital están cambiando drásticamente, pasando de una visión de marketing centrada en el producto a una visión centrada en el cliente.

• BC JIO e susseguentes temos o uso da mesma classificação de países comuns

(1981) 2026-2041

imóvel e rígido, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e opiniões filosóficas.” (p.47)

A partir disto é possível apreender que o senso comum torna-se perigoso ou contrapõe-se às aspirações de contra-hegemonia das classes subalternas, pois permite a continuidade de uma consciência acrítica e passiva, tornando-se útil ao saber das classes dominantes e, consequentemente, de sua hegemonia.

No entanto, apesar de ser elemento de legitimação de uma hegemonia das classes dominantes, o senso comum pode também ser o ponto de partida de uma conscientização, com capacidade de romper com a ideologia dominante. Esta conscientização seria a partir de um trabalho onde o homem pudesse entender sua própria condição, o seu próprio trabalho e as relações que ele mesmo gera. Com os homens pensando a partir de sua realidade completa/real seria possível o senso comum elevar o nível intelectual das massas, para que este pudesse interferir nas relações de classe. A educação seria então capaz de elevar o senso comum a bom senso, ou seja, estabelecer o que Gramsci chama de “bom senso do senso comum”.

De acordo com Jesus (1989):

“Nesse contexto, educar é construir o bom senso, que leva à realidade histórica e à prática política, que situa o sujeito em relação ao mundo e cada momento em relação à história em conjunto, se quiser ganhar ou manter sua legitimidade.” (p. 50).

Portanto a hegemonia se realizará quando qualquer tipo de pensamento político/ discurso crítico esboçado pelas classes dominadas for simplesmente silenciado pelas classes dominantes, ou ainda, quando as classes dominadas não se percebem como dominadas e não tendo consciência dessa situação, aceitam seu modo de vida como algo fruto de sua própria escolha.

A hegemonia só pode acontecer se a sociedade civil tiver um mínimo de liberdade, para que as classes dominadas possam acreditar que fizeram uma opção para viver em determinada situação , ou que optaram por determinada concepção de mundo, esta é , na verdade, uma liberdade manipulada.

... e que é a sua responsabilidade garantir que os resultados sejam sempre os melhores possíveis.

Entendendo que

... A busca pelo é possivelmente o seu maior sonho, e é por isso que o seu trabalho é sempre um desafio para ele. Ele sempre procura novas maneiras de melhorar o seu trabalho, e é por isso que ele é sempre um dos melhores profissionais da sua área.

... No entanto, apesar de ser alguém que sempre procura melhorias, ele também é uma pessoa que gosta de trabalhar com pessoas que são conscientes, e que sempre buscam a melhoria contínua. Ele é consciente de que é importante não só o profissionalismo, mas também a ética e a integridade. Ele sempre procura fazer o melhor para os seus clientes, e é por isso que ele é sempre um dos melhores profissionais da sua área.

... e que é a sua responsabilidade garantir que os resultados sejam sempre os melhores possíveis.

De acordo com Júlio (1980).

... Muitos profissionais da área de marketing e vendas têm dificuldade em gerenciar suas equipes de forma eficiente. Eles muitas vezes acham que é difícil motivar os outros a trabalhar duro, e que é difícil gerenciar o tempo de trabalho de forma eficiente. No entanto, existem algumas estratégias que podem ajudar a melhorar a produtividade da equipe.

... A estratégia mais eficaz é a de incentivar a participação ativa dos funcionários.

... Portanto, é necessário que os líderes da organização sejam capazes de motivar os funcionários. Isso pode ser feito através de recompensas financeiras, reconhecimento público, feedbacks positivos, entre outros. É importante lembrar que a motivação é uma questão de心态, e não de dinheiro. Por isso, é fundamental que os líderes da organização sejam capazes de motivar os funcionários de forma eficiente.

... e que é a sua responsabilidade garantir que os resultados sejam sempre os melhores possíveis.

... A apresentação é o que determina se a sua ideia vai ser aceita ou não. É por isso que é importante que a sua apresentação seja clara, convincente e impactante. A sua ideia deve ser apresentada de forma que todos possam entender e se interessar. Isso significa que a sua apresentação deve ser bem estruturada, com uma introdução clara, uma descrição detalhada da sua ideia e uma conclusão convincente.

... e que é a sua responsabilidade garantir que os resultados sejam sempre os melhores possíveis.

A partir de Freitag 1986 podemos dizer que:

"A função hegemônica está plenamente realizada, quando a classe no poder consegue paralisar a circulação de contra-ideologias, suscitando o consenso e a colaboração da classe oprimida que vive sua opressão como fosse a liberdade. Nesse caso ouve uma interiorização da normatividade hegemônica." (p.38)

Portanto, nas sociedades modernas, uma relação de dominação deve ser estabilizada com a dominação das consciências, ou seja, através da hegemonia.

É por isso que a estratégia política das classes dominadas, em especial da operária, deve ter também como objetivo o controle da sociedade civil, para que a contra-hegemonia se consolide.

E como seria possível uma classe dominada produzir uma contra-hegemonia? Uma insurgência na esfera da sociedade civil?

Freitag (1986) ressalta a importante contribuição de Gramsci quando ele diz:

"...que a luta política pode, e no contexto do capitalismo avançado deve, travar-se prioritariamente na instância da sociedade civil." (p.39)

Uma contra-ideologia surge a partir de uma crise da hegemonia, e contribuirá para aumentar essa crise.

Carnoy (1990) a esse respeito esclarece:

"A contra-ideologia, na análise de Gramsci, desenvolve resistência à ideologia inculcada pelas escolas do Estado e isso interfere na manutenção da hegemonia dominante: a resistência torna-se parte da crise de dominação." (p.33)

Como sabemos, para que a hegemonia se consolide é preciso que haja o mínimo de liberdade para que as classes dominadas possam pensar que decidem ou fazem suas escolhas. Além disso, Gramsci admite que na sociedade civil circulam ideologias, então é, possível afirmar que a sociedade civil é um lugar de circulação (livre) de ideologias.

Freitag (1986) acrescenta dizendo que:

A partir de *Historia de la población de 1861* (1991).

Aug 1998 - Theo & I travel to Oxford, Stow-on-the-Wold, and Bury St Edmunds. Also visit the British Museum.

© E.G. L.M. 2000

Portanto, sua sociedade moderna, mais leigia do que era o capitalista, com a domínio da consciência das classes, ou seja, sobre as pessoas.

E por isso que a cultura política que gera essa homogeneia, é a que mais obedece ao desenho de um projeto comunitário e coletivo.

E como se elige hospital para clínica quirúrgica que más cumple las reglas de una
asociación en calidad de sociedades civiles?

Floriano (1986) lessou a imbução de competência de Gómez de Almeida e de dis-

(P.L. 84-361) which was signed into law on June 25, 1956.

uma corrente ideológica surge a partir de uma classe da burguesia e contingentes para definir seu espaço social.

(para 926 lequeito esqurro)

etimologisch mit dem Wort "Gesetz" verwandt ist und die Wörter "Gesetz" und "Gesetzlichkeit" nicht synonym sind. Das Gesetz ist eine gesetzliche Norm, die durch die Rechtsordnung bestimmt ist, während die Gesetzlichkeit eine Eigenschaft oder ein Zustand ist, der durch das Gesetz bestimmt wird.

Como expressou, para que a integração da consolidação é feita o mínimo de hipóteses para que as classes dominantes possam pensar no futuro para o dia-a-dia, anigosos e inimigos da sociedade civil continuam a existir. Além disso, quando o sistema é um sistema de circunstâncias civis (evil) que se tornam desse modo levianas

Herrings (1380) scale; counts given by date

"Só não haverá essa circulação numa situação ditatorial, em que a sociedade política invade o terreno da sociedade civil, transformando o que Althusser chamou de aparelhos ideológicos em aparelhos repressivos." (p.39)

Então, essa mesma liberdade que proporciona a manutenção de uma hegemonia das classes dominantes, será a porta de entrada para discussões com o objetivo de se criar uma contra-hegemonia.

Já que serão nesses momentos (reduzidos) de liberdade que o professor, com interesse verdadeiro em trabalhar a favor das classes dominadas e a lutar contra a ditadura (já que esta ia contra seus interesses), poderá e terá possibilidades de desenvolver uma visão crítica de toda a situação.

A educação pode portanto exercer função dupla em relação à sociedade. Por um lado, pode servir à manutenção da situação vigente, e por outro lado pode servir de ponto de partida para um processo de transformação.

E é neste sentido, que o ensino de história pode ser entendido como um instrumento de luta política, já que poderia ser usado como forma de combate à forte propaganda política promovida pelo Estado a favor do golpe.

THE 1990 EDITION OF THE *CODE OF PRACTICE FOR THE PROTECTION OF HUMAN SUBJECTS IN MEDICAL RESEARCH* IS BEING REVISED.

৩৫ মাত্র দেখা ন গো

Emigo, essa mesma lipotase que libera glicerina e monoglicerídeos de triacilglicerídeos desempenha um papel de grande interesse como o oposto ao de clivar mís-
cerais triglicerídeos, servindo a bactérias que discutem com o óleo de óleos mís-
cerais triglycerídeos.

Al dux sevijo neesse monumens ob libidinis deo (nobisub971) et dux sevijo neesse monumens ob libidinis deo (nobisub971) et dux sevijo neesse monumens ob libidinis deo (nobisub971)

A discussão sobre questões exercitais trouxe à tona a questão da sociabilidade. Por um lado, houve a reivindicação de manutenção das situações existentes, e por outro lado houve a reivindicação para que as relações entre os sujeitos se tornassem mais democráticas.

É o que se pode dizer de um país que tem como princípio político a liberdade de expressão.

CAPÍTULO 3

O ENSINO DE HISTÓRIA COMO PROJETO DE CONTRA - HEGEMONIA

Quem descobriu o Brasil? Qual a data da Proclamação da República? Quem foi Tiradentes? Quando começou a primeira Guerra Mundial?

Para muitas pessoas, essas são questões básicas que um aluno deve ser capaz de responder sobre História, é a chamada História factual que baseia-se numa crônica narrativa onde episódios, nomes e datas, são pura e simplesmente memorizados.

Esta História factual é aquela que não aborda nos livros didáticos questões polêmicas, tais como: aculturação, tomada de terras, genocídio de nações e grupos etc. Deste modo, a História que é apresentada aos alunos oculta conflitos e tensões, privilegia a busca da harmonia entre classes da sociedade e ignora diferenças sociais presentes no dia-a-dia da sala de aula, reproduzindo a ideologia dominante.

Segundo PINSKY (1991),

"(...) esta concepção de História, embora muito criticada teoricamente, é muito utilizada na prática dos nossos historiadores, autores e professores. Presos a uma cronologia estabelecida há muito tempo, evitam fazer "cortes" criativos, refugiando-se na assepsia de uma História pretensamente neutra, em que os homens são apenas peões de "movimentos" históricos invisíveis e pré-determinados, as entidades divinas substituídas por entidades teóricas igualmente ideológicas". (p.09).

Mas afinal o que se entende por História ?

Se nos basearmos nos estudiosos marxistas podemos dizer que História é Ciência, porque o processo histórico é único, tem grande diversidade(tem caráter contraditório), e é regida por determinadas leis que lhe proporcionam o movimento. Isto é, a História é Ciência

CAPÍTULO 3

O ENSINO DE HISTÓRIA COMO PROJETO DE CONTRÁ-HEGEMONIA

O que descrevem o Brasil? O que é essa ideia de Projeção social da Reprodução? Quem foi
Tucídides? Quando começou a pintura grega? Minha

é pra falar pra vocês, sejam lá do que for, pessoas que só falam de mim, de mim, de mim, de mim,
que falam sobre História é a chamada História fictícia, que passou a ser uma tática destrutiva
que desfigurou, roucou e destruiu, só que é também uma memória que.

Era História fachada e achava que não apontava os rios, dizeram os professores de matemática
logomachos, que eram, acertadamente, tomados de pânico, quando viu que não era a tática deles. Desse
modo, a História das diferenças nas opiniões entre confissões e linguagens priviliciava a pacis-
cionalismo entre classes, desvinculava a política de interesses locais e o dia-a-dia das
vidas das suas tipologias e ideologias dominantes.

Sergiano PINSKY (1991)

“A ideia de história é de que o Brasil é composta apenas por classes populacionais e não por classes sociais. No Brasil, a maior parte das classes populacionais são separadas entre si por muros: é só olhar para cima, para baixo, para dentro, para fora, e perceber que há umas que só falam Português, outras que só falam Alemão, outras que só falam Inglês, outras que só falam Francês. E é só olhar para cima, para baixo, para dentro, para fora, e perceber que há pessoas que só falam Português, outras que só falam Alemão, outras que só falam Inglês, outras que só falam Francês...” (Pinsky, 1991).

Mais além o que se ensina por História?

Se não passarmos nos estabelecimentos universitários só para dizer que História é “História
bolchevique” ou “histórica e marxista”, sem grandes divergências (sem certa controvérsia), é a
mesma que o professor ensina para os alunos o movimento. Isto é, a História é Gênero

quando percebe o processo de transformação da natureza e das sociedades, com participação efetiva dos homens.

Baldin (1989), traz a definição de história dada por Zhúkov:

"A História é uma Ciência que destaca as diversas formas de movimento da sociedade e ajuda a descobrir os complicados caminhos percorridos pela humanidade em seu desenvolvimento". (p. 21)

A História portanto não deve ser encarada como uma mera disciplina(que deve ser apenas ensinada/estudada a fim de se adquirir um maior conhecimento geral), mas, como um processo inacabado, em constante transformação... Já que, nesse sentido, o importante no ensino da história é mostrar que em cada momento os homens estão produzindo uma realidade cultural, e não relatar fatos passados ou enumerar acontecimentos.

Segundo Rodrigues (1992),

"Aprendê-la é captar a forma como os homens concebem a vida e a transformam: é a sua capacidade de se relacionar com a natureza e transformá-la através do instrumentos próprios de trabalho existentes no momento: é ainda o nível de organização e de desenvolvimento científico e técnico de uma época, e a concepção de mundo existente naquele momento". (p. 93).

É possível portanto dizer que a História é um processo contínuo de relações entre o historiador e os acontecimentos históricos, entre os homens e seus atos.

De acordo com Baldin (1989),

"... se ao historiador e/ou professor cabe dominar e entender o passado como chave para a compreensão do presente e vice-versa, o seu papel não se restringe apenas ao de verificar a exatidão dos acontecimentos, mas, ainda, ao de observar os antecedentes, paralelos e consequentes do contexto histórico. Somente dessa forma é que estará estabelecendo uma relação dialética entre o conhecimento histórico e o produtor deste conhecimento". (p. 39).

É por isso que o ensino de história deve apontar sempre para o presente, ou seja, não pode se limitar a informações sobre o passado, desvinculadas da realidade atual.

Sobre isso Rodrigues (1992), exemplifica:

aprendendo que o bloco era de transição da dinâmica das coisas para, com isso, baseado
no futuro das pessoas.

Bairu (1981) e o povo do Xingu

Este é o relato de um dos povos indígenas da Amazônia, os xinguanos, que fala sobre a sua cultura e a sua história, e como elas se relacionam com a natureza e com os outros povos. Ele fala sobre a importância da terra e da floresta para a sobrevivência da comunidade, e como os povos xinguanos vivem em harmonia com a natureza.

Histórias boas são histórias contadas entre amigos que desejam /
que a natureza seja preservada e que os povos se respeitem. Elas falam sobre a importância da terra e da floresta para a sobrevivência da comunidade, e como os povos xinguanos vivem em harmonia com a natureza. Elas também falam sobre a importância da cultura e da tradição, e como elas são transmitidas de geração em geração. As histórias boas são histórias que ensinam lições valiosas sobre a vida e a natureza, e que inspiram os jovens a respeitar e a proteger o meio ambiente.

Sergio Ribeiro (1997)

Este é o relato de um dos povos indígenas da Amazônia, os xinguanos, que fala sobre a sua cultura e a sua história, e como elas se relacionam com a natureza e com os outros povos. Ele fala sobre a importância da terra e da floresta para a sobrevivência da comunidade, e como os povos xinguanos vivem em harmonia com a natureza.

E possivelmente dizer que a História é um bloco que contém de letrados entre o historiador e o acontecimento histórico, entre os povos e seu passado.

D. according to Bairu (1981)

Este é o relato de um dos povos indígenas da Amazônia, os xinguanos, que fala sobre a sua cultura e a sua história, e como elas se relacionam com a natureza e com os outros povos. Ele fala sobre a importância da terra e da floresta para a sobrevivência da comunidade, e como os povos xinguanos vivem em harmonia com a natureza.

E por isso que o centro da história deve ser sobre a cultura baseada no respeito, no amor, no
respeito ao futuro e ao que é bom, desenvolvendo-se sempre a partir das culturas.

Sergio Ribeiro (1997), exemplificando

"O descobrimento do Brasil não tem o menor sentido quando ensinado por si mesmo. Não podemos nos limitar a informar às crianças que, em 1500, um aventureiro partiu de um porto em Portugal, comandando outros aventureiros e em navios precários, com eles saindo para algumas peripécias no mar, chegando a um lugar perdido e desconhecido que passaram a chamar Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, ou Brasil." (p. 93).

A partir dessa reflexão pode-se dizer que é a História que dá ao homem os elementos para que se esclareça sua situação.

Rodrigues (1992), conclui que:

"É fundamental, portanto, que os alunos compreendam por trás do fato relatado as relações sociais, econômicas, políticas e culturais que o produzem." (p. 94).

Quando os alunos compreenderem que a história é a transformação da realidade, do mundo e do homem; que todos os fatos históricos se relacionam com um certo dinamismo da ação humana; e que eles são "homens" e, portanto, agentes da história, então, será nesse momento que o ensino de história será considerado um elemento político importante.

Ou seja, ao formar nos alunos a consciência de que eles são agentes da história portanto, capazes de realizar e agir no cenário político, e, consequentemente, mudar a realidade, a história será uma arma política perigosa.

Iglésias (1981), então diz:

"(...) deve ver-se na História não o passado pelo passado, algo de estático, mas uma dinâmica que é auxílio para entendimento do atual e possibilidades do futuro". (p. 14).

Mas antes de entrarmos na discussão dos usos políticos do ensino de história no contexto da ditadura militar, observemos, de modo sucinto, a sua trajetória ao longo da história da educação brasileira.

A partir de la que se establece una sinergia entre las estrategias de innovación y las estrategias de desarrollo.

Rothmans (1991) concluded

Além disso, o presidente da República é eleito por voto direto e universal.

mentosos da sua opção de profissão seja considerado um elemento político importante.

Um je o maior número de pessoas possa ter acesso ao conhecimento que é gerado no Brasil, é preciso que haja uma política pública que permita que esse conhecimento seja difundido e aplicado em outras partes do mundo.

sib oëns .(1801) enzévi

Wolffowitz et al., 1990; Wohlgemuth & Schaeffer, 1990; Ziegler & Hinde, 1990).

Wise uses of surveillance in healthcare goes from bottlenecks due to lack of resources to contexts of high-risk utilisation, such as emergency departments.

3.1 - O ensino de História no Brasil: breve histórico

Há muito tempo que a disciplina história tem tido pouca importância nos currículos escolares brasileiros. Esse descaso com a história acontece em decorrência da influência européia, já que as elites brasileiras procuravam total identificação com a cultura européia a fim de demonstrar uma aparente modernização. Assim, durante o processo de organização do sistema educacional, o conservadorismo e o elitismo tem valorizado a “História Universal” (tradicional), em detrimento da “História do Brasil”.

A História já fazia parte dos currículos escolares brasileiros desde a época dos jesuítas quando estes montaram a primeira organização escolar. A reforma pombalina(que eliminou a atuação dos jesuítas no Brasil) trouxe mudanças para o ensino: houve uma valorização da escola secundária, em detrimento do ensino primário.

A “História Clássica” era ensinada seguindo os modelos europeus.

A sociedade brasileira da época, era conservadora e elitista, via o ensino como um meio de legitimar sua condição de classe dominante.

A independência política de 1822 surtiu pouco efeito no sistema educacional.

Percebe-se portanto pouca diferença no ensino de História: as noções então ministradas no ensino de nível primário pouco se diferenciavam das orientações do período colonial.

No entanto, na escola secundária dava-se maior ênfase ao estudo de História, em consequência da influência das idéias positivistas-liberais e da formação humanística e enciclopedista. Apesar de tudo isso, a História do Brasil não era ensinada nas escolas, já que não interessava à elite a que se destina o ensino secundário. Era a História Universal que interessava à elite, porque era esta matéria que falava das noções e conhecimento gerais da visão positivista e liberal que circulava pela Europa.

Baldin (1989) esclarece que:

3.1 - O ensino de História no Brasil: primeiros

Na maior parte da história brasileira nos encontramos o ensino de História. Esse descreve com a história escolar em decorrência da influência europeia, já que as histórias britânicas e francesas foram levadas para o Brasil por colonizadores. Assim, durante o processo de colonização do Brasil, que durou mais de quinze séculos, o conteúdo principal é o ensino de História Universitária (acadêmica), em determinado dia "História do Brasil".

A História é baseada nas culturas europeias desde a época dos descobrimentos portugueses que iniciaram a exploração e colonização da América do Sul. A história portuguesa é a principal fonte de informações sobre o Brasil, que é uma parte importante da cultura e da história do Brasil. No entanto, a história da cultura portuguesa é a segunda menor, já que o Brasil é um país de origem europeia.

A "História Clássica", era ensinada seguindo os modelos europeus.

A sociedade portuguesa da época era conservadora e elitista, era o exemplo comum na época de Portugal e da coroa da classe dominante.

A independência portuguesa de 1822 não trouxe muitas mudanças no sistema educacional.

Portugal é portanto pouco diferente do sistema de História, já que a maioria das diferenças entre o ensino de História e o ensino de História Universitária é a nível de nível básico de ensino secundário que é oferecido pelo governo.

No entanto, na escola secundária que é a maior parte do ensino de História, é considerada a influência das ideias positivistas-liberais e socialistas na sociedade. Ainda que isso, a História do Brasil não é ensinada de forma sistemática, mas é ensinada de forma integrada à história e ao ensino secundário. É a História Universitária que é oferecida no ensino de História, que é dividida em três níveis: básico, médio e superior. No ensino secundário, a História é dividida em três níveis: básico, médio e superior. No ensino universitário, a História é dividida em três níveis: básico, médio e superior.

"...os currículos escolares concentravam-se no ensino da "História Universal", com destaque para a "História Clássica". Iniciava-se o curso pela "História Antiga" e, através da valorização dos "heróis e dos fatores históricos", dispostos cronologicamente, chegava-se à "História Moderna". Procedimentos estes, que via de regra, permeiam até hoje as noções do conhecimento histórico transmitido em nossas escolas." (p. 39)

A partir da República e com as Reformas Educacionais, que procuravam articular os três níveis de ensino, o ensino de História passou a despertar um maior interesse.

Apesar da determinação maior ser a de voltar-se para uma "História Universal" europeocentrista (que levava para a escola os acontecimentos exteriores, em detrimento das informações nacionais), com um mínimo espaço para a "História do Brasil", ocorreram algumas mudanças e iniciativas que possibilitaram uma certa valorização da "História do Brasil".

Segundo Baldin (1989):

"A Reforma de 1901, por exemplo, manteve a disciplina "História do Brasil" que aparecia no 6º ano do ensino secundário, mas esta, posteriormente, foi eliminada com a Reforma de 1911, para ceder lugar à "História Universal" (5º e 6º anos). Mais tarde, foi novamente reintroduzida pela Reforma de 1915, como disciplina do 5º ano, e ministrada depois de "História Universal" (4º ano). Uma vez conquistado o espaço, coube garantí-lo, e a Reforma de 1925 a manteve como disciplina autônoma, muito embora a tenha transferido para o 4º ano (novamente em conjunto com a "História Universal" ou seja, diluída em conteúdos gerais)." (p.41)

No entanto, a Reforma Francisco Campos fez com que a História do Brasil perdesse novamente sua autonomia. Ou seja, a História Universal e a História do Brasil passaram a ser substituídas pela "História Geral das Civilizações" e a História do Brasil, passou a fazer parte dos conteúdos de "História da América", consequentemente, teve sua carga horária reduzida.

A perda da autonomia da História do Brasil fez com que vários setores da sociedade se organizassem pedindo pelo restabelecimento da autonomia do ensino de História do Brasil.

As unhas da República e como as Relações Fiscais entre os países que compõem a União.

Alguns estudos e discussões iniciadas a possibilidades para certas aplicações do HPP abordaram a determinação de voltar-se para uma "nova Universidade" (que levava a recordações de um projeto anterior) e a elaboração de um projeto que pudesse ser implementado de imediato (que levava a recordações de um projeto anterior).

12345

Digitized by srujanika@gmail.com

“... la fin de l’affaire, il n’y a pas de mal à faire un peu de publicité, mais il faut faire attention à ne pas dépasser les limites de la légalité et de la morale.”

que os cunhados de "Histórias da América", consideravam, era um certo período na História do Brasil que não havia tido o seu equivalente na História Universal. Ora, é evidente que a História Universal é a História do Brasil baseada no movimento da civilização. Ora, é evidente que a História Universal é a História do Brasil baseada no movimento da civilização.

shepherds her flocks to the mountain pastures where the sheep are fed on the grasses and herbs that grow there. The shepherds are responsible for the care and protection of the sheep, and they often have to work long hours in difficult conditions. They also have to deal with the challenges of the weather and the terrain, and they must be skilled at reading the signs of the animals and the environment.

Foi quando em 1940 a História do Brasil se desvinculou da História da América. A História do Brasil então ganhou em autonomia mas acabou por perder espaço, já que o ensino de História teve que ser dividido em História do Brasil, Geral e da América.

A Reforma Capanema de 1942, deu-se em plena afirmação do Estado Novo, onde propagava-se uma visão nacionalista.

Segundo Baldin (1989):

"A transmissão de uma "História" episódica e factual, com supervvalorização do herói do fato histórico (ou, do Herói Nacional, como queria o momento político e econômico de então) é a maior evidência desse nacionalismo exacerbado." (p.45)

Com isso, os programas de ensino privilegiavam excessivamente os fatos políticos e os heróis destes fatos, isto é, não se falava e nem havia interesse na reflexão sobre o contexto econômico e social. Os conteúdos dados não tinham nenhum tipo de ligação.

De acordo com Baldin(1989):

"A distribuição do conhecimento histórico não possibilitava a noção do movimento do processo histórico, porque o referido conhecimento era ministrado de forma isolada e desvinculada do contexto geral." (p.45)

Apesar das manifestações a favor da autonomia da História do Brasil, já se ouvia falar paralelamente, neste período, na criação dos “Estudos Sociais”: História e Geografia seriam ministrados como uma única disciplina. Baseados no modelo americano dos “Social Studies”, implantado nos currículos de lá desde 1929.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1961, praticamente não executou mudanças significativas no ensino de História, mantiveram-se basicamente as orientações das “Reformas”.

A implantação da LDB permitiu certas mudanças que acabaram por gerar uma relativa descentralização, já que a organização, distribuição dos programas e carga horária ficaram a cargo dos Conselhos Estaduais de Educação. Ou seja, os professores foram

for durante os 1940 a História do Brasil se desenhou na América. A História do Brasil entrou em um novo período de expansão para o exterior, seja para o exterior ou para o interior da América.

A Revolução Constitucionalista de 1932 deu ao Brasil uma nova identidade. A Revolução Constitucionalista de 1932 deu ao Brasil uma nova identidade.

Segundo Período (1940)

O segundo período da história do Brasil é o período que se estende de 1940 a 1964. Neste período, o Brasil viveu uma guerra mundial, a Segunda Guerra Mundial, e também a Guerra Fria. O Brasil também viveu uma era de prosperidade econômica, com o crescimento da indústria e do comércio, e também uma era de instabilidade política, com o golpe militar de 1964.

O segundo período da história do Brasil é o período que se estende de 1940 a 1964. Neste período, o Brasil viveu uma guerra mundial, a Segunda Guerra Mundial, e também a Guerra Fria. O Brasil também viveu uma era de prosperidade econômica, com o crescimento da indústria e do comércio, e também uma era de instabilidade política, com o golpe militar de 1964.

Terceiro período (1964-1985)

O terceiro período da história do Brasil é o período que se estende de 1964 a 1985. Neste período, o Brasil viveu uma era de instabilidade política, com o golpe militar de 1964, e também uma era de prosperidade econômica, com o crescimento da indústria e do comércio, e também uma era de instabilidade política, com o golpe militar de 1964.

O terceiro período da história do Brasil é o período que se estende de 1964 a 1985. Neste período, o Brasil viveu uma era de instabilidade política, com o golpe militar de 1964, e também uma era de prosperidade econômica, com o crescimento da indústria e do comércio, e também uma era de instabilidade política, com o golpe militar de 1964.

Quarto período (1985-1994)

O quarto período da história do Brasil é o período que se estende de 1985 a 1994. Neste período, o Brasil viveu uma era de instabilidade política, com o golpe militar de 1964, e também uma era de prosperidade econômica, com o crescimento da indústria e do comércio, e também uma era de instabilidade política, com o golpe militar de 1964.

O quarto período da história do Brasil é o período que se estende de 1985 a 1994. Neste período, o Brasil viveu uma era de instabilidade política, com o golpe militar de 1964, e também uma era de prosperidade econômica, com o crescimento da indústria e do comércio, e também uma era de instabilidade política, com o golpe militar de 1964.

capazes de formular programas de ensino próprios (supervisionados pelo Conselho Federal de Educação). Os professores visavam então uma possibilidade de entrosamento da História do Brasil com a História Universal e com a História da América.

Acontece que após a implantação da LDB, período em que se discutia a situação dos programas da disciplina História, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) já falava da idéia de implantação dos “Estudos Sociais”.

Mas foi com a Reforma do ensino de 1º e 2º graus (LEI 5692/71) que é estabelecida a integração das disciplinas de áreas afins, isto é, a História, a Geografia, a “Organização Social e Política Brasileira” e a “Educação Moral e Cívica”, foram incorporados à área de Estudos Sociais.

Esta área de estudos foi desvalorizada já que de acordo com o Artigo 5º da Lei 5692/71 diz que “no 2º grau devem ser tratados sob forma de disciplinas e dosados segundo as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos”.

estabelece que formarão parte integrante da estrutura daqueles (subdepartamentos) que o Conselho Federal de Educação.) O professor deve ter em conta que suas possibilidades de autonomia na História do Brasil com a História Universitária e com a História da América.

Assim como a imprensa é importante para a LDB, também é importante que a direção da instituição que coordene as disciplinas Histórias, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) faça parte da diretoria da "Federação Nacional das Federações Sociais".

Para tal com a Reforma da educação de 1º a 5º anos (LEI 5935/61) deve ser estabelecido a integração das disciplinas de ciências sociais, isto é, a História e Geografia, a "Institucional Social e Política Brasileira", e a "Educação Moral e Cívica", juntas "independentemente da natureza das Federações Sociais".

Para além de esforços para desenvolvimento das disciplinas de história com o MEC? As federações nacionais das federações sociais que formam a diretoria da "Federação Nacional das Federações Sociais".

CAPÍTULO IV

O ENSINO DE HISTÓRIA COMO AMEAÇA PARA A ORDEM AUTORITÁRIA

O golpe de 1964 foi uma forma de reação dos setores conservadores ante as pressões por transformação e mudanças advindas das classes subalternas. Esta reação se deu através de uma brutal intervenção da sociedade política sobre a sociedade civil.

O Brasil pré-1964 nos mostra um Estado populista desenvolvimentista onde o empresariado nacional e as classes operárias tinham aparentemente as mesmas reivindicações de autonomia nacional. No entanto, o esgotamento do processo desenvolvimentista levou o Estado populista a uma encruzilhada pois suas decisões não mais atendiam plenamente ao empresariado nacional e nem as classes populares.

Iniciou-se assim um novo tipo de pensamento em relação às decisões do Estado. Afinal, as reivindicações do empresariado nacional não eram mais as mesmas das classes operárias. Estas continuaram a exigir maior participação nas decisões políticas do Estado, isto é, maior poder. O que antes era conveniente ao empresariado nacional, tornou-se uma situação perigosa. Sentindo-se ameaçadas com as manifestações e exigências de participação das classes operárias, os setores conservadores abandonaram a perspectiva democrática e resolveram conter essa tentativa de contra-hegemonia a partir do golpe de Estado.

O golpe de 1964 desencadeou então grandes mudanças na sociedade brasileira que em sua grande parte teve que lidar com questões como o medo, a angústia e o “patrulhamento ideológico”. A repressão, a todas as pessoas consideradas suspeitas de práticas ou até mesmo idéias subversivas, foi a primeira atitude tomada pelo governo. Por exemplo, qualquer acusação de que uma pessoa, um programa educativo ou um livro se baseasse em idéias “comunistas” era suficiente para demissão, suspensão ou apreensão.

CAPÍTULO I

O ENSINO DE HISTÓRIA COMO VIVER A ORDEM AUTORITÁRIA

O golpe de 1964 foi uma fonte de leitura das seções consagradas, naqueles anos imediatamente a seguir ao golpe, da classe dominante. Era a leitura de um projeto intelectual da sociedade política sobre a sociedade civil.

O Brasil entre-1964 e os meses que logo houveram descreveram uma crise econômica e social que culminou com a instalação do regime militar, que sustentava o sistema de propriedade privada levou o Estado popular a uma encrucijada pois era desejosa não tanto de expandir sua base social quanto de estabelecer um novo tipo de relacionamento com a classe trabalhadora.

Uma tarefa que se impôs era a de garantir a continuidade do processo de acumulação de capital no interior do Estado, que era missão da classe dominante. Ela continuaria a exercer maior pressão sobre classes populares do que sobre a maioria popular. O que mais era contrário ao empresariado, tornou-se para a elite burguesa sempre que a classe operária se organizava e exercia sua função de participação política. Sendo que a classe operária, de seletiva, considerava-se uma ameaça à continuidade das relações de produção e a realização de suas finalidades.

Então

O golpe de 1964 desencadeou entre elas uma discussão sobre as classes dirigentes que levou a duas opções: a de permanecerem como o mesmo, a de transformar a classe dominante em uma classe dirigente nova, ou seja, a de renegociá-la. A questão é que, a possibilidade de renegociação dependia de uma solução para o problema da classe operária, que é o problema central da questão social no Brasil. Por isso, é importante ressaltar que das três possibilidades propostas no final daquele debate, a ideia "comunista", ou seja, a defesa da independência da classe operária, não era a única que respondia ao problema.

Os intelectuais de esquerda, entre outros os professores, foram pessoas que sofreram uma constante vigilância, já que eram “formadores de opiniões” e lidavam com estudantes, trabalhadores livres, operários e com as classes médias (as mais novas gerações que aspiravam ascender socialmente).

De acordo com Cunha (1988):

“Na direção do sistema educacional, os defensores do ensino público e gratuito foram sendo substituídos pela aliança dos que lutavam pela hegemonia da escola particular subsidiada pelo Estado, com os militares empenhados na repressão às atividades por eles julgadas subversivas.”(p.37).

Contudo, não foi apenas o alto escalão administrativo do sistema educacional, os membros dos conselhos universitários e os grandes nomes da ciência que foram atingidos pela repressão que tomou conta de todos os segmentos da sociedade. Simples professores, assim como funcionários do MEC e das secretarias estaduais e municipais de educação, foram demitidos, ou quando eram mantidos em seus cargos, precisavam ter atitudes coerentes com as impostas pela ditadura militar.

A partir disso Amed exemplifica:

“Éramos obrigados a escamotear o cunho das aulas, de anti-regime e de anti-sistema, através de faltas regulamentadas (as famosas três faltas por mês) ou até mais, quando éramos então descontados.”

Foi neste contexto de excessiva repressão nas escolas e universidades que os professores foram amplamente vigiados, muitos foram presos e outros tiveram que abandonar o magistério e/ou se exilar. Outros ainda fizeram a opção pela luta armada, acreditando que esta seria a única saída, ou talvez a mais eficaz, para o combate à ditadura.

Assim, a repressão evidenciou dois comportamentos dos professores: o desespero e a apatia. Como vimos, o desespero levou alguns ao abandono da profissão e levou outros a se engajarem na luta armada. A apatia fez com que outros professores se desinteressassem pelo ensino, adotando uma postura que foi chamada por Góes de “cinismo docente” onde o lema básico seria “eu finjo que ensino e o aluno finge que aprende”, a grande preocupação

© 2009 Goodego.com | 1088

obrar moro d'ouvertig s'collidit c'entre ob rotocutib ob joxo de sif, a sensibz ob n'goyen d'.

comunidade com as imigrações para o Brasil e suas implicações, os
polos de densidade, no desenho elástico mudanças na rede de contatos, localizações de
serviços como funcionalidades do MEC e das secretarias estaduais e municipais de educação,
paz e liberdade da comunidade étnica que se tornou um problema social. Simples biscoito de
pão de queijo da comunidade étnica da sociedade brasileira. Simples biscoito de
pão de queijo da comunidade étnica da sociedade brasileira. Simples biscoito de
pão de queijo da comunidade étnica da sociedade brasileira. Simples biscoito de
pão de queijo da comunidade étnica da sociedade brasileira.

A better idea might be as follows:

Por veces contiene de excesiva libertad una secuencia o numeración que no
permite una simple averiguación, ya que los mismos tienen bases o otros sistemas
que no se corresponden con el sistema decimal. Otra vez, la secuencia es tan larga
que no se puede memorizar, y en tal caso es mejor que se utilice un sistema de
enumeración que no sea decimal.

do aluno era dar as respostas que o professor queria ouvir e, assim, assegurar sua aprovação.

Segundo Cunha (1988),

"Entre o desespero e a apatia, caminhavam com dificuldades professores e estudantes que buscavam resguardar a dignidade de sua situação, só possível num ambiente de liberdades democráticas."(p.40-41).

Percebemos portanto que, alguns professores, apesar do perigo, utilizaram o espaço da sala de aula para discutir a situação política vigente porque esta era considerada uma arma política importante na resistência ao golpe.

Os professores da área das Ciências Sociais: Geografia, Sociologia, Antropologia, História,...foram os mais visados na medida em que estas disciplinas poderiam vir a ter/desenvolver uma consciência reflexiva.

Amed nos traz importantes depoimentos:

"Fizemos da História Geral e do Brasil, fizemos da OSPB, durante 16 anos, verdadeiros instrumentos de luta contra o regime, ao mesmo tempo que tínhamos de ser "artistas" para manter o emprego e manter a família."(p.23)

De acordo com Sodré,

"...a História é a mais política das ciências - por isso vitimada por tantas mazelas e alterações."(p.13).

A história tornou-se então, pelo menos para estes professores, uma história militante, já que passou a servir a uma causa - resistência ao golpe.

De acordo com Amed:

"... nós éramos a única fonte de saber do que se passava realmente no país, em nossas aulas do curso vestibular, e que éramos os verdadeiros cronistas desse dia-a-dia proibido à imprensa de publicar."(p.17)

Então, ela era vista como perigosa para as classes dominantes porque apesar de ser elemento de manutenção das relações de poder destas classes; poderia ter também uma

ao almoço dia que se realizou dia o professor deu a seguinte aconselhamento para
seu amigo:

(881) (1) (88)

que é o que acha a melhor orientação para o futuro e que é a que mais contribuirá para o progresso da
sociedade. O professor respondeu que é a que mais contribuirá para o progresso da sociedade. O professor respondeu que é a que mais contribuirá para o progresso da sociedade.

Professor que é o que acha a melhor orientação para o futuro, utilizando o exemplo
da vida de sua mãe, que é uma pessoa muito boa, considerada uma
ótima pessoa moralista no seu ambiente social.

O professor que é o que acha a melhor orientação para o futuro, utilizando o exemplo
da vida de sua mãe, que é uma pessoa muito boa, considerada uma
ótima pessoa moralista no seu ambiente social.

Aqui nos fazemos algumas observações:

que é o que acha a melhor orientação para o futuro, utilizando o exemplo
da vida de sua mãe, que é uma pessoa muito boa, considerada uma
ótima pessoa moralista no seu ambiente social.

Ds. Roberto com Souza

"A História é a arte política das civilizações - foi, e ainda é, por isso que
é, na verdade, "a

A grande fortuna de eu, belo mundo para sair de professor, não importa muitas

que é a base de uma carreira - leis é que os pobres

Ds. Roberto com Amorim

que é o que acha a melhor orientação para o futuro, utilizando o exemplo
da vida de sua mãe, que é uma pessoa muito boa, considerada uma
ótima pessoa moralista no seu ambiente social.

que é o que acha a melhor orientação para o futuro, utilizando o exemplo
da vida de sua mãe, que é uma pessoa muito boa, considerada uma

postura que incentivasse a reflexão/a consciência crítica com o intuito de se propiciar uma transformação social.

Os professores tiveram, então, neste período, que procurar formas de burlar o patrulhamento dos chamados fiscais da Segurança Nacional, que deveriam “zelar” pela manutenção da “boa ordem”.

“.... em sala de aula ... tinham esses caras do DOPS , que eram “alunos” professores que eram dedo - duros, tinha de tudo...”

Principalmente estes professores, de esquerda, que acreditavam na história como elemento disseminador de uma proposta de contra-hegemonia.

As aulas de história procuravam fazer com que os alunos se percebessem como seres históricos, para que pudessem se sentir capazes de atuar na vida política do país. Estas aulas porém tinham que ser ministradas de forma bem cuidadosa, os professores deveriam abusar de sua criatividade e utilizar muitas metáforas, já que era um procedimento muito comum ter agentes da Segurança Nacional infiltrados nas salas de aula disfarçados de alunos.

Outro depoimento enriquecedor dado à Amed:

“No plano dos cursos preparatórios ou vestibulares , atenuavamos temas profundos com brincadeiras, para podermos iludir a vigilância dos agentes policiais infiltrados nas turmas e para ludibriarmos a própria direção dos cursos . ”(p.27)

A grande ameaça do ensino de história à ordem autoritária acontecia a partir das discussões travadas nas salas de aula sobre os posicionamentos e às atitudes que os homens deveriam ter/assumir em relação à sua vida. O perigo então estava no momento em que os alunos passavam a observar e a julgar as coisas que os cercavam, já que para se ter um julgamento é preciso que se tenha um mínimo de reflexão. E a ditadura militar trabalhava exatamente para que toda e qualquer ação reflexiva fosse abafada e condenada, então a história era um elemento perigoso para a manutenção da ordem autoritária.

partes das instituições e empresas concorrentes com o intuito de se protegerem uma competição social.

“A proteção das invenções, entretanto, é mais barata, daí a proteção das invenções ser mais vantajosa que a proteção das invenções.”

“...o que é importante é que a proteção das invenções é mais barata que a proteção das marcas.”

“A proteção das invenções é mais barata que a proteção das marcas.”

“A proteção das invenções é mais barata que a proteção das marcas.”

O tipo de propriedade intelectual usado é:

“...o que é importante é que a proteção das invenções é mais barata que a proteção das marcas.”

“A proteção das invenções é mais barata que a proteção das marcas.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história escrita e ensinada nas escolas, até os dias atuais é a chamada história oficial, é aquela que é reconhecida pelo Estado, divulgando sua visão e sua interpretação do mundo.

Esta história oficial ou tradicional acaba por cumprir tarefas de extrema importância para que as classes dominantes possam legitimar sua “superioridade”. A história tradicional justifica a maneira pela qual a classe dominante chegou ao poder; sustenta que a formação da sociedade atual é a mais desejável; procura disseminar a idéia de que a formação social existente é eterna, já que ela “sempre existiu”; então, torna-se impossível justificar historicamente a necessidade de mudança social / transformação.

Ou seja, a história oficial (ou tradicional), como podemos notar, tem como função social bem definida a manutenção do “status - quo” das classes dominantes.

Estabelece-se assim uma hegemonia das classes dominantes, onde haverá uma predominância ideológica de valores e normas destas classes sobre as classes dominadas.

A partir da teoria gramsciana, a escola vai desempenhar um papel importante na manutenção da hegemonia dominante: ela serve como disseminadora das concepções de mundo das classes dirigentes.

Com o intuito de se combater essa hegemonia das classes dominantes, surgiria então uma contra-hegemonia, isto é, uma tentativa de superação da hegemonia imposta pelas classes dominantes. Essa contra-hegemonia seria a reação das classes populares à sua condição de dominada.

E a escola , assim como seus professores, seriam capazes de participar efetivamente nessa proposta de contra-hegemonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história, acima e também nas escavações, já é uma das mais ricas fontes de informação, e a história das tecnologias belo-horizontinas é uma das mais interessantes do mundo.

És nela que se vê a evolução das tecnologias belo-horizontinas que se iniciaram no período colonial, quando o Brasil era uma colônia portuguesa, e que se intensificaram no período imperial, quando o Brasil era um império socialista e progressista, que culminou com a Revolução de 1930 e a criação da República Fazendista, quando o Brasil era um império socialista e progressista.

O Brasil é um país de origem europeia (no sentido europeu), mas como é um país sul-americano, seu desenvolvimento é o "brasil - duplo" da classe dominante.

Esse duplo sistema não pode ser ignorado, pois ele é resultado da herança cultural e política da classe dominante.

A partir da década de 1940, a sociedade brasileira vai desenrolar-se em busca de maior eficiência e menor custo de produção, que é o resultado da industrialização e da urbanização.

É com o intuito de aumentar a competitividade das empresas domésticas, que o governo federal cria o Comitê Industrializante, que é uma entidade que coordena a política industrial do Brasil, e que é responsável pelas decisões de investimento em tecnologia doméstica.

É aí que surge o Comitê Industrializante, que é uma entidade que coordena a política industrial do Brasil, e que é responsável pelas decisões de investimento em tecnologia doméstica.

Então, a partir do momento que acreditamos num ensino de história como elemento colaborador para a construção de uma consciência crítica, é de se supor que este será um fator importante na elaboração de um projeto contra-hegemônico.

No contexto de 1964, quando o Brasil passou pela experiência do golpe militar e da repressão, “patrulhamento ideológico”, prisões, perseguições,... resultados da ditadura implantada, o ensino de história ganhou dimensões ainda maiores e os professores desta disciplina puderam usá-la como uma arma política com o objetivo maior de romper com a ordem autoritária.

Observou-se no entanto, que a história poderia ter sido muito mais eficaz na luta contra a ditadura mas poucos foram os professores de história que ousaram ou tiveram a habilidade para driblar o patrulhamento exercido pelos agentes da Segurança Nacional que disfarçados, se infiltravam nas salas de aula mas, sobretudo, romper com os limites postos pelo autoritarismo que os isolava impedindo o acesso ao próprio desenvolvimento do conhecimento em sua área específica.

Se houve algum esquematismo nas explicações da realidade, foi porque importante era apresentar alguma contra-partida ao discurso oficial. Referindo-se a Gramsci poderíamos dizer que era o momento de “fé na história” para que uma vontade política de transformação e realidade viesse a promover as mudanças desejadas e esperadas de liberdade, democracia e socialismo.

Tudo, a partir do momento da ação direta, com exceção das medidas cautelares, é de competência da autoridade judicial que, por sua vez, é competente para a constatação de uma concorrência entre a lei e a norma que impõe a medida cautelar.

No contexto da LDO, o Brasil possui uma legislação que estabelece que a competência para a elaboração de leis complementares é da União, “que regulam interesses nacionais,普遍的, e que não pertencem ao âmbito de competência dos Estados e Municípios, o que não impede que os Estados e Municípios possam legislar em matéria de competência legislativa federal, como é o caso da política comunitária de turismo com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social da região, ou de outras que sejam de interesse local ou regional”.

Desenvolve-se no artigo 1º da Constituição Federal a competência legislativa da União, que é a de elaborar leis gerais que regulam interesses nacionais, que não pertencem ao âmbito de competência dos Estados e Municípios, o que não impede que os Estados e Municípios possam legislar em matéria de competência legislativa federal, como é o caso da política comunitária de turismo com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social da região, ou de outras que sejam de interesse local ou regional”.

Se põe em dúvida a competência legislativa da União, por parte daqueles que alegam que a competência legislativa da União é limitada ao que diz respeito à definição de direitos e deveres sociais e sociais, e que a competência legislativa da União é limitada ao que diz respeito à definição de direitos e deveres sociais e sociais, e que a competência legislativa da União é limitada ao que diz respeito à definição de direitos e deveres sociais e sociais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALVIM, Thereza C. **O Golpe de 64: A imprensa disse não.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A.1979.
- AMED, Emir. **O Ensino das Ciências Sociais no I e II Graus: Os Anos de Repressão.** Departamento Geral de Imprensa Oficial (SMG).
- BALDIN, Nelma. **A História Dentro e Fora da Escola.** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catariana,1989.
- BASBAUM, Leônicio. **História Sincera da República: de 1961 a 1967.** São Paulo, Alfa-Omega, Vol. 4, 3^a ed., 1983.
- BRASIL do “Milagre” à “Abertura”. Org. Paulo J. Krischke. São Paulo, Cortez, 1982.
- CALMON, Jorge. **5.692, Entrave ao Ensino de História.** In: Revista da Educação, Ministério da Educação e Cultura, Ano 11, nº 37 (p.64) , Jan/Mar. 1982
- CARDOSO, Ruth C. L. **Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico.** In: Sociedade Política no Brasil Pós-1964. Leituras Afins, São Paulo, Brasiliense,1983.
- CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado: Base e Superestrutura. Relações e Mediações.** Coleção Polêmicas do Nossa Tempo, Vol. 13, São Paulo, Cortez: Autores Associados, 4^a ed., 1990.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **De Castelo a Figueiredo: Uma Incursão na pré-História da “Abertura”.** Sebastião C. Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins. In:Sociedade e Política no Brasil Pós-64. Leituras Afins, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O Golpe na Educação.** Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes. Coleção Brasil Os Anos de Autoritarismo. Análise, Balanço, Perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 5^a ed.,1985.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Trad. Lab. de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. Petrópolis, Vozes, 1981.
- ENSINO de História e a Criação do Fato. Org. Jaime Pinsky. Coleção Repensando o Ensino, São Paulo, Contexto, 3^a ed., 1991.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade.** Coleção Educação Universitária. São Paulo, Moraes, 6^a ed., 1986.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALVIM, Teresa C. O Grito de 45: A imprensa diária no Rio de Janeiro/Civilização Brasileira 27/1975
- AMEDÉ, Emílio. O Brasil das Ciências Sociais no I e II Centos: Ora Anos da República. Departamento Civil da Imprensa Oficial (SMG).
- BALDIN, Nélia. A História Dentre o Fim do Escor Horizonte. Universidade Federal de Santa Catarina 1981
- BASBUW, Fernando. História Social da República de 1889 a 1945. São Paulo, Ateliê. Quaderns, Vol. 4, 3, nº 1983
- BRESILLI, "Militar", "Apolítico". Olé! Largo! Rua das Artes São Paulo, Outras 1983
- CALVON, Jorge. 565. Entrada do Brasil na História. In: Revista da Educação. Ministro da Educação e Cultura, Ano II, n.º 37 (p.4). Janeiro 1983
- CARDOZO, Ramo C. I. Movimento Sociais Urbanos: Histórico. In: Sociedades Políticas no Brasil Pós-1945. Polimais Alin, São Paulo, Brasil 1983.
- CARNOY, Mário. Encadado, Economia e História: Base e Subestrutura. Resenhas e Monografias. Coleção Políticas do Município, Vol. 13, São Paulo, Outras 1980.
- CJAHY, Luis Autônio. O Grito da Educação. Luis Juncosso na Era Histórica da "Ação", Separação C. Valesco e Cunha e César Estevam Muniz. In: Sociedades Políticas no Brasil Pós-45. Polimais Alin, São Paulo, Brasil 1983.
- DREITUSS, Reny Andrade. 1945: A conduta da Rádio - Ação Político-Poder e Grito de Jesus. Tese. Pós-graduação em Ciências da Educação. Unifiles, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, 1981
- ENZIO, História e a Ciência do Rio. Cf. Jaime Pinto, Coleção Referências o Brasil. São Paulo, Outras, 3, nº 1991
- FREITAS, Bento. Estado e Sociedade. Coleção Documentos Universitários. São Paulo, 1980

- GASTALDONI, Dante. **A Construção de Uma Visão Crítica em Tom de Brincadeira.** Entrevistado: Manuel Mauricio de Albuquerque. In: Jornal do Professor. Jornal do Brasil - Departamento Educacional. Rio de Janeiro, Ano VII, nº 3, Abr. 1981, p.10 e 11.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Coleção Perspectivas do Homem. Série Filosofia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Vol. 48, 2^a ed., 1978.
- GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Graal, 2^a ed. (Biblioteca Estudos Humanos. Série: Teoria política, nº 1), 1978.
- IGLÉSIAS, Francisco. **História e Ideologia** Coleção Debates, Nº 28, São Paulo, Perspectiva, 2^a ed., 1981.
- JESUS, Antonio Tavares de. **Educação e Hegemonia.** No Pensamento de Antonio Gramsci. São Paulo, Universidade de Campinas, Cortez, 1989.
- NADAI, Elza. **História do Brasil - da Colônia à República.** São Paulo, Saraiva, 1988.
- NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma Escola Para o Povo.** Trad. João Silverio Trevisan. São Paulo, Brasiliense, 17^a ed., 1983.
- PAZZINATO, Alceu Luiz. **História Moderna e Contemporânea.** São Paulo, Ática, 1993.
- RÉMOND, René. **Por que a História Política?** In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Vol. 7, nº 13, p. 7 - 20, Jan/Jun. 1994.
- RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **A Formação Política do Professor de 1º e 2º Graus.** São Paulo, Cortez: Autores Associados, 3^a ed., 1991.
- RODRIGUES, Neidson. **Lições de Príncipe e Outras Lições.** O Intelectual, a Política , a Educação. Coleção Polêmicas do Nossa Tempo. São Paulo, Cortez: Autores Associados, Vol. 8, 14^a ed., 1992.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis, Vozes, 17^a ed., 1995.
- SAVIANI, Demeval. **Escola e Democracia: Teorias da Educação, Curvatura da Vara, Onze Teses sobre Educação e Política.** Coleção Polêmicas do Nossa Tempo. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 21^a ed., 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da História Nova.** Petrópolis, Vozes, 1987.
-
- . **História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2^a ed., 1968.

A Reação contra a História. In: História e Materialismo Histórico. São Paulo, Global, p. 13,

VELHO, Otávio Guilherme. **Processos Sociais no Brasil pós-64: as Ciências Sociais.** In: Sociedade e Política no Brasil pós-64. Leituras Afins. São Paulo, Brasiliense, 1983.

VENTURA, Zuenir. **1968: O Ano que Não Terminou.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

ZAGANELLI, Margareth Vetus. **A Ideologia Subjacente ao Ensino de História.** In: Revista de História, Departamento de História - Centro de Estudos Gerais/ Universidade Federal do Espírito Santo. nº 2, Maio. 1991.

Já que existem indivíduos que conseguem manter uma postura crítica e reflexiva em relação à propaganda ideológica difundida pela escola.

Como já foi dito anteriormente, não existe uma educação pautada na neutralidade, no sentido de ser completamente desvinculada dos fatores ideológicos pertencentes a uma classe. Para pensar estas relações entre ideologia e educação, uma grande contribuição encontra-se no trabalho de Gramsci. Ele tratará do modo como o processo educativo é utilizado pelas classes dominantes e classes dominadas.

A educação portanto é um instrumento necessário à luta entre as classes sociais pela hegemonia. Com isso, é possível dizer que o conceito de educação está vinculado ao de hegemonia e é de grande importância para que se compreenda e se ache soluções para as contradições existentes nas relações de classe.

Para Gramsci, hegemonia implica poder-direção ou dominação-consenso; dominar é igualmente governar, ser chefe e dirigir equivale a guiar, ser líder.

Segundo Jesus (1989) referindo-se a Gramsci, “*a hegemonia tem como objetivo dominar sem violência, mas com consenso, nos campos político, cultural, moral e até lingüístico.*”(p.33)

É a partir disso que a educação adquire o seu valor, ganhando espaço. De acordo com Rodrigues (1992), citando Gramsci, “*a atividade educacional deve, essencialmente, preparar o cidadão para se tornar um governante , isto é, alguém capaz de pensar, de dirigir e de controlar quem dirige.*” (p.55)

De acordo com Jesus (1989),

“*Na busca dos recursos para dissimular sua hegemonia e ocultar suas contradições, o estado desenvolve , na sociedade civil, um aparato ideológico, no qual a educação ocupa o lugar principal. Assim, a educação se impõe e é requisitada como um instrumento ambivalente de discriminação e equalização, de ocultação da realidade real (hegemonia) e desocultação da mesma realidade (contra-hegemonia) .*”(p.22)

No entanto, a escola não é uma propriedade da sociedade política, ela é uma instituição da sociedade civil. E é a sociedade civil que confere ao Estado a função de administrá-la, sempre em nome da sociedade e nunca contra ela, embora o Estado exerça o papel de mediador dos interesses das classes dominantes (interesses estes que são difundidos pela escola), já que exerce o controle do sistema educacional.

Freitag (1986), citando Rouanet , diz que o conceito de Estado pode ser subdividido em duas esferas:

"(...) a sociedade política, na qual se concentra o poder repressivo da classe dirigente (governo, tribunais, exército, polícia) e a sociedade civil, constituída pelas associações ditas privadas (igrejas, escolas, sindicatos, clubes, meios de comunicação de massa), na qual essa classe busca obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a funcionar como elemento da formação social."(p.37)

Assim podemos dizer que a sociedade civil (que expressa o momento da persuasão e do consenso) juntamente com a sociedade política (o da repressão e violência), asseguram a manutenção da estrutura de poder entre as classes (Estado). A dominação se expressa na sociedade civil sob a forma de hegemonia e na sociedade política se expressa sob a forma de domínio ou coerção.

É na sociedade civil que a classe dominante procura impor à classe dominada sua forma de pensar e suas visões de mundo.

A hegemonia então se realiza a partir do momento em que as classes dominadas interiorizam a forma de pensar, isto é, a concepção de mundo, das classes dominantes, e, passam a pensar da mesma forma, como se esta fosse a única forma de se pensar, ou melhor ainda, como se esta fosse a forma “natural” e “óbvia” de se pensar. Esse pensamento quando é aceito e assimilado torna-se o que Gramsci chama de senso comum.

Para Jesus (1989),

“O senso comum consiste no fólio da filosofia, ou seja, numa concepção desagregada, incoerente, inconsequente, adequadamente à posição social e cultural das multidões, daí porque é a filosofia destas multidões. O senso comum, assim entendido como uma concepção acrítica do mundo, não é algo